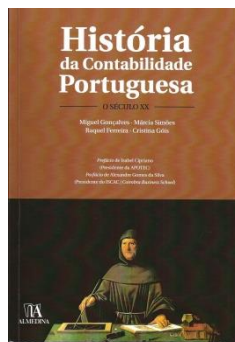


---

**COMENTARIOS BIBLIOGRÁFICOS / BIBLIOGRAPHIC COMMENTARIES**

---

**RECENSÃO A “HISTÓRIA DA CONTABILIDADE PORTUGUESA – O SÉCULO XX”, DE MIGUEL GONÇALVES, MÁRCIA SIMÕES, RAQUEL FERREIRA E CRISTINA GÓIS ALMEDINA, COIMBRA, 2023**

Carlos Ferraz

[c\\_ferraz@outlook.pt](mailto:c_ferraz@outlook.pt)*Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC)*  
Portugal

Bem-vindo é este livro sobre a contabilidade portuguesa durante todo o século passado. Não é uma História da Contabilidade em Portugal no Séc. XX, mas, antes, um “repositório cronológico” dos “marcos mais significativos” desse período, de forma a homenagear Joaquim Fernando da Cunha Guimarães (1958-2012) que, nos seus trabalhos, muitas vezes recorreu a tabelas cronológicas.

Não é, porém e como se verá, uma simples cronologia. É muito mas do que isso.

Ao longo das suas 127 páginas, está assim estruturado:

- Nota de abertura;
- Prefácio;
- CAPÍTULO I – Delimitação da Investigação: objetivos, importância, razões de interesse, motivação, contribuições esperadas, método, metodologia e aspetos epistemológicos;
- CAPÍTULO II – Contextualização política, económica e social do século XX português;
- CAPÍTULO III – Evolução da Contabilidade portuguesa ao longo do século XX;
- CAPÍTULO IV – A Contabilidade em Portugal no século XX: análise e discussão;
- CAPÍTULO V – Sob um prisma finalista: reflexões para uma visão global da história da contabilidade nacional do século XX;
- Posfácio;

- Referências;
- Agradecimentos.

Na Nota de Abertura o livro diz ao que vem, dividindo os 75 factos marcantes a analisar em cinco primas ou temas de análise, no que é original: (i) Associativismo; (ii) Ensino; (iii) Literatura; (iv) Normalização contabilística; e (v) Profissão.

Considera que o desenvolvimento da contabilidade portuguesa no século XX deveu-se a quatro fatores geradores: (i) Código da Contribuição Industrial (1963) e a criação dos “técnicos de contas”; (ii) Plano Oficial de Contabilidade (1977); (iii) Revolução de 1974 e a criação de associações; e (iv) Regulamentação da profissão de 1995.

O Prefácio é da Presidente da APOTEC, Dra. Isabel Cipriano, que nele afirma que “a História da Contabilidade e a sua investigação são um dos baluartes” da sua Associação.

O Capítulo I alude à importância das personalidades e factos marcantes, mas também aos agentes sociais envolvidos, foca a importância das bases de dados, listando as existentes quanto à contabilidade portuguesa. Sublinha que contribuem “para que as gerações mais novas possam rapidamente ganhar empatia “ pela disciplina. Apresenta os demais capítulos, depois de definir o método como bibliográfico e documental, a metodologia como narrativa e o trabalho como sendo de história tradicional. Espera que “o leitor sinta prazer na descoberta” da História da Contabilidade e “ganhe familiaridade com os (seus) mais credenciados autores nacionais”.

O Capítulo II faz uma síntese – breve, precisa, fundamentada e pertinente – da História de Portugal ao longo do período, nas vertentes política, económica, social e cultural.

No Capítulo III analisam-se os 75 factos marcantes fichando-os da seguinte forma: ano/enunciado/tema/comentários, baseando-se e fundamentando-se em referências.

Exemplificando com dois exemplos extremos: o mais curto e o mais longo. Aquele é o de 1985 e dá conta, em 3 linhas, sob o tema “literatura” da publicação do Boletim Informativo da Câmara dos Técnicos de Contas”. Referência (Guimarães, 2009).

Referente a 1963, ocupando 4 páginas e sob os temas “Profissão” e “Normalização Contabilística” vem o “Código da Contribuição Industrial (CCI)”. Aqui se refere a legislação, se descreve a divisão das empresas para efeitos de tributação e as formas de o fazer, nomeadamente pelo “lucro real”. Sublinha-se a criação da figura do “Técnico de Contas”, bem como a sua origem e atribuições. O CCI prescrevia a elaboração da contabilidade em obediência a “*sãos princípios de contabilidade*”, expressão que, embora o seu sentido não seja especificado no Código, alcançou notoriedade e foi um primórdio de normalização. Relata-se a regulamentação da profissão e o número de profissionais no início (1964) e em 1975.

No capítulo IV dá-se a sugestão de trabalhos semelhantes serem aplicados a outras áreas relacionadas: “a fiscalidade, a auditoria, a contabilidade de gestão, a legislação sobre contabilidade pública, o sector não lucrativo, o direito contabilístico, os congressos e as jornadas de contabilidade ou a contabilidade das ex-colónias portuguesas”; assim e a contrário, está-se a delimitar o âmbito deste livro e a incentivar novos trabalhos. Em “um país que não apostou na educação” sintetiza-se a evolução do ensino da contabilidade e o mercado para os profissionais de contabilidade, bem como as consequências da tributação durante tanto tempo

pelo “lucro normal” e do corporativismo do regime de Salazar, com a conseqüente “estreiteza do capitalismo português”. Porém o período de 1974 a 1999 “pode e deve ser assinalado com os *Vinte e Cinco Anos Gloriosos* da contabilidade portuguesa do século XX”. Termina-se o capítulo referindo-se que a seleção é subjetiva e parcial e com judiciosas citações, que nos permitimos transcrever:

“Os factos que os historiadores nos apresentam como acontecimentos do passado são na realidade juízos de valor do investigador” (Habermas).

“A contabilidade não é nem nunca foi um fenómeno natural, antes uma prática social” (Hopwood).

“A objetividade e a verdade absoluta são ilusões” (Mattesich).

No V e último capítulo afirma-se que é “uma das principais funções do estudo da história da contabilidade: ajudar a compreender e a perceber o passado e o presente e ajudar a perspetivar e a projetar o futuro da contabilidade”. Afirma-se - com razão - que “os próprios cursos superiores de Contabilidade beneficiariam, do ponto de vista científico-pedagógico, se mais conteúdos da disciplina de História da Contabilidade fossem incluídos nos seus planos de estudos globais”. Compara-se quantitativamente os profissionais de 1940 com os de 2021 e relaciona-se o desenvolvimento contabilístico com o desenvolvimento económico.

Finalmente, num Posfácio, o Presidente do ISCAC/Coimbra Business School, dá, em tópicos, a “série de mudanças e evoluções significativas”.

A seleção feita dos factos marcantes e as respetivas abordagens mostra como os autores são conhecedores do tema<sup>1</sup>. Claro que não se pretende fazer aqui a história dos “factos marcantes”. Porém, os mesmos são matéria-prima para a história. Daí o seu enquadramento sucinto e as referências, as quais, consultada a bibliografia, permitem saber mais, compulsar o “estado da arte” sobre o assunto e, quiçá, partir daí para uma investigação. É o convite que é feito na firme esperança que a obra seja acolhida com empatia pelas novas gerações.

Por exemplo: as oito linhas que se seguem a “1933 Revista de Contabilidade e Comércio Tema: Literatura” são muito poucas para o que aí se diz ser “o periódico de referência da contabilidade do século XX”. Mas, com este final, desperta-se a curiosidade do leitor e lá estão as referências para a bibliografia. Haja quem se habilite a ir por aí, escolher um tema e pesquisá-lo nos 240 números publicados.

Assinale-se a extensa e completa bibliografia. Quem quiser estudar a contabilidade no Portugal do século XX tem aqui um guia, uma ferramenta inspiradora, enquadradora e facilitadora. Por outro lado, a obra é de consulta obrigatória para qualquer novo trabalho sobre o tema. Até para a leitura/estudo do já publicado é muito útil para o respetivo enquadramento temporal.

---

<sup>1</sup> O Prof. Miguel Gonçalves é um ativo e premiado agente da História da Contabilidade, com vários livros editados e centenas de artigos publicados.